



## DOCUMENTO FINAL

Nós, indígenas, quilombolas, caiçaras, pescadores artesanais, representantes de comunidades e de povos tradicionais, socioambientalistas, ativistas e colaboradores, nos reunimos em Paraty (RJ), entre os dias 16 e 18 de outubro do ano de 2018, no encontro “Grandes empreendimentos e os impactos nas comunidades tradicionais: troca de experiências e estratégias de controle social”, o quarto de um conjunto de encontros para aprofundamento sobre esse tema.

A partir dos diálogos então realizados, e com um cenário político que contém a possibilidade de desdobramentos trágicos e desastrosos para diversos grupos, afirmamos a necessidade de garantir os direitos das populações tradicionais diante de grandes projetos e empreendimentos, e de reivindicar o acesso à efetiva participação nos processos de planejamento, instalação e operação dos mesmos.

Desse modo, reiteramos a importância de assegurar o respeito a acordos internacionais e à legislação nacional em vigor, especialmente no que tange aos direitos das populações tradicionais e aos Direitos Humanos. Nesse

sentido, destacamos as consultas prévias aos povos indígenas e tribais, previstas na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, bem como o Decreto Presidencial nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Afirmamos ainda a importância de salvaguardar o marco regulatório do Licenciamento Ambiental, bem como todos os órgãos públicos envolvidos na sua implementação, de modo a garantir a participação de comunidades tradicionais em Audiências Públicas e no planejamento e execução de medidas de mitigação. Lutamos para que tais medidas sejam executadas por instituições idôneas e para que as informações produzidas sejam disponibilizadas de forma transparente e acessível a grupos mais vulneráveis.

Nesse sentido, afirmamos a necessidade de aprofundamento de estudos que permitam relacionar os resultados de monitoramentos e pesquisas, executados como condicionantes no âmbito do Licenciamento Ambiental, aos reais impactos dos grandes projetos sobre a saúde e o bem viver das populações afetadas. Para tanto, faz-se necessária a efetiva valorização dos conhecimentos tradicionais, dos saberes e fazeres de povos tradicionais, como patrimônio, e também como subsídio aos estudos e processos decisórios sobre grandes projetos.

Cabe ainda ressaltar nosso firme posicionamento contrário a iniciativas dos Poderes Legislativo e Executivo em instituir novas normas e leis para a “flexibilização do licenciamento ambiental”, a “transferência do governo federal para o Congresso da última palavra sobre oficialização de Terras Indígenas (TI)”, a “modernização ou atualização do Código de Mineração” ou a “revisão da Lei do Petróleo”, tendo por objetivo beneficiar ainda mais as corporações minerárias e petrolíferas e retirar direitos adquiridos de comunidades indígenas, tradicionais e demais afetados em situação de vulnerabilidade socioambiental.

Por fim, acreditamos que a Constituição Federal de 1988 deve ser defendida e salvaguardada, pois contém importantes conquistas, tanto para as comunidades tradicionais quanto para a sociedade brasileira como um todo.

Subscrevem:

- Aldeia Itaxi Mirim
- Aldeia Yakãporã
- Área de Proteção Ambiental Cairuçu
- Associação Comunitária dos Remanescentes do Quilombo da Fazenda Picinguaba
- Associação Comunitária Indígena de Araponga
- Associação Comunitária Indígena do Bracuí
- Associação Comunitária Indígena do Paraty-Mirim
- Associação de Bananicultores do Ubatumirim (ABU)
- Associação de Barqueiros e Pescadores Artesanais da Trindade
- Associação de Moradores do Quilombo Campinho da Independência
- Associação de Moradores Originários do Sono
- Associação de Surf de Trindade (AST)
- Associação dos Amigos e Remadores da Canoa Caiçara (AARCCA)
- Associação dos Moradores e Amigos do Pouso da Cajaíba
- Associação dos Remanescentes do Quilombo do Cambury
- Associação dos Remanescentes do Quilombo Santa Rita do Bracuí
- Associação dos Remanescentes do Quilombo Santa Rita do Bracuí
- Caxadaço Bocaina Mar
- Comissão Guarani Yvyrupa – CGY
- Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC)
- Escola do Mar Trindade
- FioCruz Petrópolis
- FIPERJ – Fundação Instituto de Pesca do Estado do RJ

- Fórum de Comunidades Tradicionais Indígenas, Quilombolas e Caiçaras de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba - FCT
- Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira
- Grupo de Fandango Caiçara de Ubatuba – SP
- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas / Ibase
- Instituto de Educação de Angra dos Reis - IEAR/ UFF
- Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina – OTSS / FIOCRUZ
- Parque Nacional da Serra da Bocaina
- Quilombo da Caçandoca
- Sociedade Angrense de Proteção Ecológica - SAPÊ